

**AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.047 - RN
(2018/0194045-9)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **ALECIO NASCIMENTO TEIXEIRA**
ADVOGADOS : **FRANCISCO FERREIRA DANTAS JUNIOR - RN012673**
 PAULO ESMAEL FREIRES - RN012372
 DALTRO FREIRE DE PAIVA E OUTRO(S) - RN014107
AGRAVADO : **FAECAD - FACULDADES EVANGELICAS DE TECNOLOGIA,**
 CIENCIAS E BIOTECNOLOGIA DA CGADB
AGRAVADO : **ESCOLA TEOLOGICA DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM**
 PARNAMIRIM - ETAP
AGRAVADO : **IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS**
AGRAVADO : **UNIÃO**
PROCURADOR : **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU - AL000000U**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS JUÍZOS APONTADOS COMO SUSCITADOS EM UMA MESMA DEMANDA. DESCABIMENTO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. Para a caracterização do conflito de competência, nos moldes estabelecidos no art. 66, c/c o art. 953, I, parágrafo único, todos do CPC/2015, faz-se necessário que os juízos diverjam sobre a competência para o julgamento de uma mesma demanda.

2. O próprio agravante informa que as manifestações de incompetência da Justiça estadual e Federal ocorreram em ações diversas (n. 0510969-02.2016.4.05.8400, 0801446-34.2017.8.20.5124, 0806196-98.2017.4.05.8400 e 0512015-89.2017.4.05.8400). Os juízos envolvidos no incidente entenderam por julgar extinto os processos sem julgamento de mérito.

3. O inconformismo pautado na alegada necessidade de envio dos autos ao juízo competente não encontra no conflito de competência o remédio jurisdicional adequado, porquanto o incidente não pode ser utilizado como sucedâneo recursal.

4. Descabe a esta Corte, em conflito de competência, decidir divergências acerca de questões procedimentais inerentes a sistemas de informática e tramitação de processos da Justiça estadual, Federal e Especializada.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

